

Aliança sinistra contra a sociedade brasileira

Por ironia ou mero acaso, os ajustes que marcam o início da segunda fase do Plano Verão foram anunciados no mesmo dia em que o IBGE divulgava a informação de que o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro declinou 0,3% no ano passado, em relação a 1987, com uma queda de 2,3% em termos **per capita**. Esta foi a terceira queda do PIB desde 1947, quando as contas nacionais começaram a ser calculadas, e também a terceira desta melanconíca década de 80.

O pior é que, se as coisas já não corriam bem antes do engessamento da economia pelo Plano Verão, nada indica que elas poderão melhorar em 1989. Na verdade, está previsto um novo declínio do PIB neste ano, da ordem de 0,5%.

Os números frios do PIB são apenas um lado da moeda; o outro pode muito bem ser visto nos nossos vergonhosos índices de mortalidade infantil, que rivalizam com os do Haiti e de alguns países africanos, no aumento do número de brasileiros da chamada faixa da pobreza absoluta e no que Mailson da Nóbrega diagnosticou como **virtual colapso** do setor público, hoje sem a menor condição de prestar os serviços que constituem a sua razão de ser, nas áreas de saúde, educação, saneamento básico, justiça, segurança pública etc.

Certamente não será com mudanças superficiais como as constantes das medidas provisórias 48 e 49 que a economia brasileira voltará a apresentar índices de crescimento suficientemente altos para atenuar a miséria crescente da maior parte da nossa população. A contínua queda da renda **per capita** significa que mais crianças vão morrer precocemente, desprovidas da mínima assistência a que têm direito, sem que a nossa alienada classe política se sinta obrigada a mover uma palha para que essa tragédia deixe de acontecer.

Não constitui nenhum exagero, aliás, comparar o Brasil a uma criança abandonada — pelas suas elites irresponsáveis — gravemente doente e sujeita às deformações físicas e morais que sofrem as crianças que lotam as celas da Febem.

É diante desse quadro que o governo praticamente confessou a sua falência quando o ministro da Fazenda foi ao Senado para dizer que, durante a segunda fase do Plano Verão, o objetivo é manter a taxa de inflação entre 6 e 9% ao mês, tendo em vista que índices de inflação mais baixos somente serão viáveis quando o país enfrentar com obstinação os desequilíbrios regionais de renda e o **estado de virtual colapso das finanças do setor público**.

Em outras palavras, ficou absolutamente claro que os reajustes trimestrais de preços e a volta da indexação não passam de muletas para sustentar um Plano que ficou aleijado quando o Congresso se recusou a colaborar com o presidente da República no esforço para cortar gastos, diminuir o tamanho da máquina estatal e privatizar empresas. Tudo que se sabe é que, agora, cada preço terá também a sua **data-base** para reajuste, tal como acontece com os salários, e que a indexação vai acalmar um pouco as coisas no mercado financeiro, onde a desconfiança em relação aos títulos do governo é tão grande que uma expressiva parte dos investidores está buscando abrigo no mercado acionário, no ouro e no mercado paralelo do dólar, numa demonstração clara de que não existe clima para a volta dos investimentos produtivos.

Ademais, que empresário de bom senso vai pensar em investir no presente quadro de incertezas e às vésperas de o Congresso transformar em lei uma medida que dá aos burocratas do CIP e ao ministro da Fazenda poderes para regular não só os preços das mercadorias e serviços, mas até a taxa de retorno sobre o capital investido, e isso porque o governo **acha que não pode fazer mais nada**, além do quase nada que já fez, para derrubar a inflação?

A verdade, contudo, é bem diferente. Esse novo pacote de medidas é outro paliativo arbitrário, concebido para remediar uma situação criada pelo desgoverno e pela avidez de poder dos nossos subdesenvolvidos políticos, que em vez de servir a sociedade dela só querem tirar vantagens.

Por isso mesmo só podemos esperar um agravamento ainda maior do problema inflacionário, em virtude do descontrole fiscal e monetário; do aumento das dificuldades para atividades empresariais privadas, em razão do controle de preços; e da inação do governo, paralisado pela campanha sucessória.

É diante desse cenário de crise que devem ser analisadas as greves dos metalúrgicos do ABC e do interior, dos professores do ensino estadual, dos bancários e dos trabalhadores avulsos dos portos. Todos querem aumento real de salários numa economia em que a produção está diminuindo a cada ano, onde não há investimentos em modernização e onde a produtividade do trabalho não cresce, a não ser em alguns poucos setores.

Teriam os dirigentes xiitas da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e até mesmo as lideranças sindicais mais moderadas meditado sobre o significado das greves numa economia estrangulada por um Estado omnipotente, inchado e ineficiente? Ou será que o objetivo é a anarquia, o caos que fará ruir a nossa frágil democracia?

O que certamente não ocorreu às nossas lideranças sindicais é que a verdadeira luta que está sendo travada no Brasil não pode ser confundida com a luta de classes tão venerada pelos marxistas. Ela é um conflito entre um Estado obsoleto e uma sociedade que só poderá desenvolver-se plenamente se conseguir escapar da complexa teia de interesses que une os políticos, os burocratas estatizantes, os que lucram com os cartórios existentes no aparelho estatal, os corruptos, e, finalmente, as lideranças sindicais da CUT que vêm no agravamento desse quadro caótico a grande oportunidade para o seu candidato conquistar a Presidência da República e, como diz a prefeita Erundina, "implantar o socialismo" no Brasil.

Efetivamente, esta não é a Nova República dos sonhos de Tancredo Neves.